

## Olhares diversos: Representações Sociais e Ecosystemas Comunicacionais sobre o protagonista de estupro

MARTINS, Rosimeire de Carvalho <sup>1</sup>  
*Universidade Federal do Amazonas*

### Resumo

A violência sexual, dentre elas, o estupro, vem crescendo consideravelmente nos últimos anos. Muitas são as causas que lhe são atribuídas e poucas são as pesquisas que a investigam. Dos atores sociais envolvidos o que mais têm chamado a atenção dos pesquisadores nesse tipo de violência têm sido a vítima. Pesquisas sobre os protagonistas dessa violência é bastante incipiente e têm abarcado em sua grande maioria somente os aspectos sócios demográficos como idade, relação de parentesco e modalidade do estupro ou condição de descontrole psicopatológico e neurológico, deixando de investigar os aspectos psicossociais implicados no protagonismo da violência sexual. Nesta pesquisa buscamos ter como ponto de partida as representações sociais de cinco protagonistas, após terem sido julgados e estarem cumprindo pena no presídio, e também saber se a exclusão social sofrida por eles no cumprimento da pena no presídio, foi responsável por uma nova compreensão sobre si mesmo, ou seja, buscamos apreender os sentidos e significados da violência sexual para os sujeitos que a cometem.

**Palavras Chave:** Violência Sexual, Protagonista, Representações Sociais, Psicossociais, Exclusão.

### Abstract

Sexual violence, including rape, has grown considerably in recent years. Many are the causes attributed to it, and few researches investigate it. Of the social actors involved, what have most attracted the attention of researchers in this type of violence have been the victim. Research on the protagonists of this violence is very incipient and has mostly covered only demographic aspects such as age, relationship of kinship and modality of rape or condition of psychopathological and neurological lack of control, failing to investigate the psychosocial aspects involved in the protagonism of violence sexual. In this research we seek to have as a starting point the social representations of five protagonists, after having been tried and serving their sentence in the prison, and also to know if the social exclusion suffered by them in the prison sentence was responsible for a new understanding on Itself, that is, we seek to apprehend the meanings and meanings of sexual violence for the subjects who commit it.

**Keywords:** Sexual Violence, Protagonist, Social Representations, Psychosocial, Exclusion.

Violência sexual é um comportamento nocivo a saúde da pessoa vitimada e embora existam variados trabalhos sobre essa temática poucos tem privilegiado a figura do

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia (UFES) Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM-UFAM) rosedcm @ gmail.com

protagonista, a maioria deles tem se voltado a estudar as vítimas que são acometidas por esse tipo de violência.

Pesquisas sobre o praticante desse ato é bastante incipiente e têm se referido em sua grande maioria somente aos aspectos sócios demográficos como idade, relação de parentesco e modalidade do estupro, atribuindo sempre as causas ao descontrole psicopatológico ou neurológico, deixando de dar ênfase aos aspectos psicossociais implicados no protagonismo da violência sexual.

No afã de tentarmos preencher essa laguna com referência a uma análise mais minuciosa sobre o perpetrador desse tipo de violência, realizamos a presente pesquisa com os próprios estupradores tendo como ponto de partida as representações sociais deles, sobre eles mesmos, após terem sido julgados e estarem cumprido pena no presídio, e, também indagar se a segregação no presídio foi responsável por uma nova compreensão sobre si mesmo, ou seja, buscamos apreender os sentidos e significados da violência sexual para os sujeitos que a cometem.

A violência como fenômeno social vem se constituindo em desafio para as pessoas que a pesquisam e teorizam sobre ela. Um dos primeiros desafios que esses pesquisadores encontram para aprofundar as discussões e teorizações sobre este tema, reside na própria delimitação do que é e do que não é violência.

Esses pesquisadores em geral concordam com que a violência é um termo polissêmico e que assume forma e sentidos que variam de acordo com a cultura e o momento histórico em que é praticada. Nessa perspectiva, Santos (2004) e Maakaroun (2002) dizem que a violência se inscreve em uma rede abrangente e conjunta em que vários elementos (individuais, sociais, históricos, culturais e interpessoais) se relacionam. Desse modo, constitui-se de formas variadas que sugerem diferentes acepções.

Quanto a essa questão, Minayo e Souza (1998) ressaltam que qualquer reflexão teórico-metodológica sobre a violência pressupõe o reconhecimento de sua complexidade, de sua polissemia e da controvérsia desse fenômeno como objeto social.

Violência sexual, pode ser definida como um ato sexual não consentido que ocorre com ou sem penetração genital, oral ou anal por parte do agressor. De todas as formas de violência contra a mulher, homem, crianças e adolescentes, a violência sexual é uma das mais frequentes.

Violência sexual é o termo empregado, sobretudo, para os casos de estupro cometidos dentro e fora de casa. Estupros são atos de força em que a pessoa agressora obriga

a outra a manter relação sexual contra sua vontade; é uma frequente modalidade de abuso sexual. As vítimas reconhecidas pela justiça brasileira têm sido somente do sexo feminino, mesmo quando crianças, adolescentes e homens. É considerado um problema de saúde pública devido à sua elevada incidência e às graves consequências para a saúde da vítima.

Comumente, o termo “violência sexual” ou “agressão sexual” é a expressão usada para denominar a violência sexual praticada principalmente contra crianças e adolescentes. Parece-nos, também, importante lembrar que alguns pesquisadores têm adotado a expressão agressão sexual pelo termo violência sexual, porque, dessa forma, podem incluir uma ampla gama de outros atos sexuais delituosos, como estupro e atos libidinosos proibidos.

Desse modo, segundo Araújo, Martins e Santos (2004, p.25), como violência sexual, podemos considerar “qualquer ato sexual a que a vítima é submetida contra sua vontade, como estupro ou tentativa de estupro ou abuso sexual, atentado violento ao pudor, atos libidinosos, sedução e assédio sexual”. Convém ressaltar, de acordo com Araújo, Martins e Santos (2004, p. 26) que “o estupro muitas vezes pode acontecer dentro da relação conjugal e, frequentemente, não é considerado como tal pela própria vítima”, o que Bandeira (2004) chama de estupro marital e que também só passa a ser reconhecido pela sociedade com a Lei Maria da Penha outorgada em 2006.

Já o estupro é um tipo de abuso sexual praticado desde os primórdios da história da humanidade e sua presença ainda hoje aparece em várias sociedades como algo presente nas relações entre homens e mulheres, e sua história percorre os vários momentos das sociedades humanas, e embora seja um crime que atenta contra a liberdade da pessoa, é praticado em quase todas as culturas e classes sociais.

Tanto as evidências históricas como as etnográficas mostram a universalidade da experiência do estupro, mostrando que o acesso ao corpo da mulher sem o seu consentimento é um fato sobre o qual todas as sociedades humanas têm como prática sexual.

O abuso sexual em algumas sociedades não tão remotas assim, foi tolerado e até permitido em alguns ordenamentos jurídicos e morais, sociedades onde a figura feminina estava submetida numa relação patriarcal, e existia maior tolerância quanto a dominação do homem sobre a mulher, corroborado pela ausência de leis que abordassem essa prática como um ato nocivo a saúde e a liberdade da mulher.

Nos dias de hoje, podemos dizer que o estupro tem um corpo consolidado como uma prática de contravenção na nossa sociedade, e sabemos dizer como se configura um estupro e punir quem o comete. Por outro lado, este é um assunto muito delicado, pois outros assuntos

paralelos são misturados a esse e acabamos por não compreendermos muitos outros aspectos que provavelmente nos permitiriam construir novos conhecimentos a respeito do tema.

É importante ressaltar que algumas Ciências como a Psicologia Social têm como objeto de suas pesquisas o estupro, é comum que os sujeitos sejam, a vítima, e a família da vítima, mas é raro falar da figura do estuproador. É possível até encontrarmos artigos que tentam explicar o seu funcionamento mental, no entanto, deixam de considerar que essa “mente”, se trata de mecanismos cerebrais, desprezando outras variáveis também importantes para se entender a pessoa que comete esse tipo de violência. É importante também considerarmos sua história de vida e como ele percebe

Exemplo disso encontramos em outras áreas afins da Psicologia, quando focam suas pesquisas e as relacionam somente a aspectos neurológicos e hormonais responsáveis pelo estupro. Áreas como a medicina, especialmente a psiquiátrica, fixam sua atenção no funcionamento mental da pessoa que acomete o outro com essa violência, buscando explicar seu comportamento nocivo, como resultado de certas patologias e distúrbios comportamentais como as parafilias (impulso sexual intenso, recorrente, e de fantasias que despertam excitação sexual), comportamento que foi formado intrapsiquicamente e decorrente de tendências genéticas ou de defeitos em sua formação psicológica, (ESBER, 2009).

Pesquisas recentes como a de SANDERSON (2005) esclarecem que poucas pessoas que cometem violência sexual são portadoras de distúrbios mentais. Para essa autora, colocá-lo como portador de doença mental, remove dele a responsabilidade pelo abuso. Segundo ela, a maioria dos abusadores são pessoas “normais”, e não monstros como comumente são chamados. Para essa autora apenas uma porcentagem sofre de doenças mentais, e dessa forma, não são loucos.

Concordamos com FAGUNDES (2003), que diz que devemos passar de um modelo biologista para um modelo multidisciplinar, que inclui aspectos históricos, sociais e culturais. Entendemos ser necessário um olhar psicossocial sobre o protagonista, para não cairmos em reducionismos de que é um doente e que age por influência de sua condição psicopatológica ou neurológica.

A presente pesquisa está ancorada nos aportes da Teoria das Representações Sociais e dos Ecos Sistemas Comunicacionais. A Teoria das Representações Sociais foi utilizada para a compreensão dos objetivos desse estudo, pois ela permite utilizar a forma de conhecimento que advém da prática, voltada para a comunicação e para a compreensão do contexto social, a partir do conhecimento do senso comum, possibilita também compreender a interação entre o

universo individual e as condições sociais nas quais os indivíduos interagem, pois favorecem a compreensão dos processos que intervêm na adaptação sócio cognitiva dos indivíduos em sua realidade cotidiana e em seu ambiente social e ideológico.

A partir dessa perspectiva, entendemos que é fundamental analisar as visões de mundo, senso comum, cultura e tradições. Entendemos que é no âmbito do cotidiano da vida social que se constroem as representações sobre as pessoas e sua consequente atuação na sociedade, a compreensão e análise de fatos e ideias, como agem com os outros e como compreendem sua comunicação consigo mesmo e com os outros. Assim, entendemos que, ao buscarmos conhecer as representações sociais do protagonista de estupro sobre aquele que pratica o estupro, no caso, sobre si mesmo, estaremos analisando suas interações, seu ambiente histórico social, e sua comunicação, considerando sempre o lugar que ele ocupa neste ambiente.

Entendermos também que a comunicação é um fenômeno complexo constituído e constitutivo de um conjunto de interações sociais e discursivas. Ela representa a instância das relações sociais à medida que transforma a ordem da vida cotidiana, criando novos valores, novas formas de interação que constituem as práticas sociais e culturais. A comunicação de quem pratica o estupro, passa a constituir realidades as quais passam a integrar o perfil da opinião das pessoas em forma de discurso sobre o protagonista de estupro, tornando parte do senso-comum. As influências sociais da comunicação no processo das representações sociais servem como meio para estabelecer ligações e conexões significativas nos relacionamentos e na interação com os outros. Entretanto, o discurso da atualidade sobre ver o estuprador como alguém doente, revela o caráter ambíguo da comunicação sobre esse ator social, o que se constitui sobre ele em um discurso polissêmico, engendrado pelas diversas áreas do saber.

### **Olhares cruzados: Representações Sociais e Comunicação como arcabouço teórico metodológico**

A Teoria das Representações Sociais tem sido um instrumento importante para o estudo de situações em que os aspectos simbólicos estão articulados aos comportamentos e às práticas sociais. Ela permite compreender a relação dos grupos com determinados objetos sociais, apreendendo tanto significados como a forma como esses significados orientam as práticas sociais ou posições tomadas em situações de seu cotidiano. Oportuna também compreender a participação dos grupos e indivíduos na construção de sua realidade, ao mesmo tempo em que são construídos pela realidade, ou seja, seu agir e o pensar. (JODELET, 2001).

A Teoria das Representações Sociais torna-se também um importante instrumento nos estudos de exclusão, principalmente nos ligados as práticas sociais. Assim apoiamo-nos na TRS para investigar o que pensam os protagonistas de estupro sobre sua própria condição a partir da dinâmica de exclusão social que vive.

Dessa forma, entendemos que a violência sexual e exclusão social são fenômenos culturais e que podemos concebê-los como objetos sociais que suscitam representações para diferentes sujeitos sociais que constrói uma dada realidade social.

Penetrar no campo da pesquisa social é algo desafiador, pois significa admitir que não existem respostas definitivas, pois seu “objeto é histórico e essencialmente qualitativo e, assim sendo, existe em um espaço determinado, pertence a grupos sociais mutáveis com representações manifestas que são dinâmicas e provisórias, pois, a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante” (MINAYO 2002, p. 15).

Quanto a este tipo de pesquisa, Minayo (2002) ressalta que "a pesquisa nas Ciências Sociais trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (p. 22).

Baseados neste caráter, buscamos na Psicologia Social os recursos teóricos e metodológicos, porque consideramos que ela pode dar uma contribuição importante ao revelar as implicações psicossociais originadas pela violência sofrida através da compreensão dos processos, tanto cognitivos como afetivos subjacentes causados pelo abuso sexual.

Cabe a nós, pesquisadores das ciências humanas e sociais, compreender as bases psicossociais da violência sexual em nossa sociedade, as condições objetivas e subjetivas de sua produção, bem como as justificativas dadas pelos sujeitos envolvidos em situação de violência, o que pensam e como pensam, e os sentidos associados ao comportamento violento.

Wagner (2000, p. 3) destaca que as representações sociais são construções históricas e socialmente determinadas, abrangem a interface entre muitas Ciências Sociais e exigem uma visão multidisciplinar. Ademais, exigem ser investigadas usando conceitos de Psicologia, Psicologia Social, Antropologia Cultural, História e Sociologia.

O conceito de representação social, embora tenha surgido com Moscovici (1978), têm a sua origem na sociologia e na antropologia e decorreu da obra de Durkheim que trabalhou as representações como Representações Coletivas. Para ele o termo se referia às categorias de pensamento através das quais, determinada sociedade elabora e expressa sua

realidade. Destacamos novamente a definição de Moscovici (2003) sobre as Representações Sociais ao compreender que as mesmas são conhecidas como senso comum, forma de conhecimento que advém da prática, voltada para a comunicação e para a compreensão do contexto social. Seu estudo possibilita compreender a interação entre o universo individual e as condições sociais nas quais os indivíduos interagem, de modo a favorecer a compreensão dos processos que intervêm na adaptação sócio cognitiva dos indivíduos em sua realidade cotidiana e em seu ambiente social e ideológico.

Durkheim (1978) afirmava que essas categorias de pensamento não são dadas a priori e não são universais na consciência, mas surgem ligadas aos fatos sociais, transformando-se elas próprias em fatos sociais passíveis de observação e de interpretação, isto é, a observação revela, segundo ele, que as representações coletivas se compõem de um grupo de fenômenos reais, dotados de propriedades específicas e que se comportam também de forma específica. O esforço para estabelecer a Sociologia como uma ciência autônoma levou Durkheim a defender uma separação radical entre representações individuais e coletivas e a sugerir que as primeiras deveriam compor o campo da Psicologia, enquanto as últimas formariam o objeto da Sociologia.

Na concepção de Durkheim (1978), é a sociedade que pensa, portanto, as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Assim, de um lado, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social.

Apoiando-se em Durkheim, Moscovici afirma que a noção de representação coletiva de Durkheim descreve ou identifica uma categoria coletiva que deve ser explicada através da Psicologia Social. Assim surge a noção de representação social elaborada por Moscovici e em seu trabalho “A Representação Social da Psicanálise”, procurou fundamentar uma sociologia do conhecimento, uma teoria do senso comum, descobrindo a estruturação e a natureza desse saber e restituindo lugar de destaque à produção do conhecimento pelas massas.

Para Moscovici (1978), esse saber tem uma organização psicológica autônoma, não podendo ser interpretado como caótico, fragmentado ou pré científico. Trata-se, portanto, de um “outro” tipo de conhecimento, “diferente da ciência, mas que é adaptado à ação sobre o mundo e mesmo corroborado por ela” (JODELET, 2001, p. 29)

Moscovici (1978) ressalta a indissociação entre indivíduo e sociedade, bem como entre sujeito e objeto, isto é, as representações sociais são construídas no indivíduo e na sua

relação com seu grupo. Diante disso, opõe-se às representações coletivas por considerar que o pensamento social possui uma matéria e estados específicos. Para ele, as representações coletivas têm suas leis próprias, e pertencem a uma outra natureza, que é diferenciada do pensamento individual.

Para Moscovici (1978), os seres humanos pensam e não apenas manipulam informações ou agem sem explicação de fato; representar uma coisa, um estado, “não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo, é reconstruí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto”. (p. 56)

Destarte, as formas e os conteúdos das representações sociais, segundo Nóbrega (2001, p.56), revelam-se como uma das provas mais significativas de que as representações sociais não se constituem em um domínio situado à parte e dissociado do psíquico e do emocional, como pretendia Durkheim ao se referir às representações coletivas.

Tal fato ressalta a importância e a possibilidade de mudanças que o pensamento científico, através do fenômeno das representações sociais, pode exercer na medida que não se reduz à interpretação de fatos sociais, porém seja capaz de inserir-se como instrumento de transformação da realidade.

Somente nos anos setenta, esta teoria encontrou destaque para suscitar o interesse de pesquisa em outras áreas do conhecimento como a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia e a História. Contudo, como empreendimento teórico, a Teoria das Representações Sociais, de acordo com Duveen (1999, p. 261), tem sido mais fortemente situada na Psicologia Social.

Atentando para a necessidade de uma delimitação conceitual, Sá (1996, p. 30) assevera que a rigor vários autores acham a concepção de representações sociais complexa e até mesmo Moscovici (1978, p. 39) prevê isso, ao dizer que “se a realidade das representações sociais é fácil de captar, o conceito não o é”.

Moscovici (1978) aduz que Representação Social é “um corpus organizado de conhecimentos e, uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação” (p.29). Já Wagner (2000, p. 15), na tentativa de clarificar o conceito, entende o termo “Representação Social” como um conteúdo mental cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico sobre um fenômeno social relevante que toma a forma de imagens ou metáforas, e é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social.

Por sua vez, Jodelet (2001, p. 22), ao tratar do conceito de representações sociais, destaca que as atividades representacionais:

[...] são como fenômenos cognitivos, envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas. Por isso, seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a abordagem da vida mental individual e coletiva [...]

Na visão de Abric (1998, p. 28), a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. É um sistema de pré decodificação da realidade, porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas.

Devido a isso, Nóbrega (2001, p. 67) considera que “seria difícil destacar uma definição comum a todos os autores que utilizam a noção de Representação Social” e certifica que, antes de tudo, essa definição é consequência de uma pluralidade de concepções anexas à noção de representação social e que são aplicadas por diferentes disciplinas, as quais geram, segundo ela, polissemia, pois designam um grande número de fenômenos e de processos.

Neste mesmo vértice, a autora defende que a representação social é uma instância intermediária entre conceito e percepção, visto que ela se situa entre as dimensões de atitudes, informações e de imagens, contribuindo para a formação das condutas e para a orientação das comunicações, conduzindo a processos de objetivação, classificação e de ancoragem.

Isto significa que, quando um protagonista de violência sexual fala sobre o abuso sexual praticado por ele, manifesta suas ideias, seus mitos, seus tabus, suas fantasias e seus medos relacionados ao tema, pois a linguagem é considerada não só um veículo, mas também construtora dos sentidos sociais do objeto, ou seja, de suas representações. Assim, para entender sua compreensão sobre o abuso sexual que ele praticou, é preciso compreender o ser, em seu contexto, a partir de sua história e de sua forma de pensar e entender os acontecimentos a sua volta.

Pensar o indivíduo isolado, sem compreender as suas dimensões econômicas, políticas e sociais é pensar um objeto inexistente e fictício (Santos, 2004). Nesse sentido, as formas de relações que esse sujeito estabelece com o mundo são também construídas historicamente e, portanto, permeadas por valores, modos de pensar que caracterizam uma dada sociedade.

Diante disto, esta pesquisa tomou as representações sociais como "um saber prático", como sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros e organizam as comunicações e as condutas sociais.

Consoante perspectiva de Jodelet (2001) quando diz que é fundamental que não se perca de vista o fato de as representações sociais se constituírem em uma forma de um saber prático, por meio do qual o objeto adquire seu sentido na experiência, e sobre o qual se constrói o sujeito, valorizando suas relações e interações cotidianas.

Com efeito, as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos cognitivos e sócio afetivos, integrando ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações, a realidade objetiva, material, social e ideativa sobre a qual as representações intervêm. São, nesse sentido, estruturas organizadoras que revelam o poder de criação e de transformação da realidade social (Jodelet, 2001, p. 26).

Consideramos, assim como Santos (2004), que o estudo da violência não se reduz somente às formas de pensamento construídas no senso comum, entretanto, conhecer esse saber construído, o sentido dado pelos sujeitos às bases psicossociais sobre as quais se constroem as relações e comunicações humanas, é acrescentar mais um elemento para a compreensão desse fenômeno.

Desde o início dos primeiros contatos humanos a comunicação humana tem sido marcada pela natureza, que sempre influenciou o homem na produção das mensagens dentro de ambientes culturais, sociais e tecnológicos formando verdadeiros ecossistemas comunicacionais.

Para analisar a comunicação que se estabelece ente duas pessoas ou uma comunicação dela com seu grupo é necessário levar em consideração as diversas variáveis acerca da realidade. Segundo Capra (2006), essa percepção “baseia-se na consciência do estado de inter relação essencial de todos os fenômenos - físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais” (p. 259). Para ele, a integração de todos esses elementos se faz necessária pois todos esses sistemas que englobam a realidade são partes do ambiente onde o homem está inserido.

Nessa perspectiva a visão ecossistêmica nos auxilia a observar, a pensar que a comunicação se dá em um ambiente social e cultural, cuja construção é influenciada e possibilitada pela circulação e significação de mensagens e informações resultantes do envolvimento de todo esse sistema e seus participantes em processos interligados, tanto no

seu interior quanto no exterior, ou seja, tanto dos processos intrapsíquicos do homem e do seu ambiente social, formando, assim, uma rede de interação fundamental para o ecossistema comunicativo

Assimilar a comunicação a partir das possibilidades dos seus processos é pensar sob a perspectiva da visão ecossistêmica

Rouquette (1999), ao discutir o papel da comunicação na construção das Representações Sociais, afirma que as Representações Sociais são elaboradas e transmitidas a partir da comunicação, indicando um caminho de análise e oferecendo a Comunicação Social um lugar privilegiado na compreensão das Representações Sociais.

As Representações Sociais descritas por Moscovici (1978) em seu livro *La psychanalyse, son image et son public*, cujo objetivo foi estudar os processos psicossociológicos existentes e subjacentes ao modo como a Psicanálise foi transformada em conhecimento do senso comum, descreve as representações sociais como “sistemas de valores, noções e práticas que proporcionam aos indivíduos os meios para orientar-se no contexto social e material (...) tornando inteligíveis a realidade física e social e integrando-se em um grupo ou em uma relação cotidiana de intercâmbios” (Moscovici, 1978, p. 79).

Nesse aspecto, a ideia de modelagem do comportamento e da ação, coloca a Comunicação Social próxima da Teoria das Representações Sociais subsidiando em partes ou no todo o que Rouquette (1999) define como a compreensão dos processos de formação de conduta e a circulação das Representações Sociais nas sociedades contemporâneas, onde o fluxo comunicativo é o resultado global derivado da rede de interações que une as pessoas umas às outras (Wolf, 1999).

Desse modo, representação e comunicação, são essencialmente enunciados muito mais do que representações, definidos cada vez mais pelo contexto comunicacional.

### **Local da Pesquisa**

O complexo penitenciário Anísio Jobim situado no km 10 da estrada Manaus Boa Vista, BR-174, rodovia que interliga Manaus a Boa Vista, foi inaugurado em 1982 como Colônia Agrícola, hoje, esse complexo ainda conhecido como Complexo Penitenciário Anísio Jobim-COMPAJ, foi criado inicialmente com o objetivo de cumprir as legislações penais brasileiras que previam a possibilidade de recolhimento de apenados em estabelecimentos agrícolas. A colônia agrícola surgiu inicialmente para que se cumprisse a terceira fase da pena de reclusão em colônia penal sob a égide do primitivo código penal de 1969. Quando da

promulgação da nova parte geral, Lei 7.209, de 11 de julho de 1984, à Colônia Agrícola reservou-se a segunda fase da execução, isto é, o regime semi aberto.

Com a recomendação do Departamento Penitenciário Federal, a Penitenciária “Anísio Jobim” foi transformada em Unidade Polivalente, passando a abrigar os internos dos Regimes Fechado e semi aberto e em 1999, a Unidade Polivalente foi transformada em Complexo Penitenciário “Anísio Jobim”.

Com uma área construída de aproximadamente 12.000 metros quadrados o complexo penitenciário possui capacidade para receber 340 detentos e contém celas individuais e coletivas, além de alojamentos para os agentes penitenciários, salas para atendimento médico e odontológico, Assistência Social, Assistência Jurídica, além de áreas para visitas, banho de sol, lazer, escola e oficina. A área externa é composta por uma muralha de 7 metros com passarela e 5 guaritas, com um perímetro de 680 metros, ficando a guarda externa sob responsabilidade da Polícia Militar.

Participaram da pesquisa cinco protagonistas de abuso sexual, que cumprem penas nesse complexo penitenciário. Todos os cinco entrevistados já tinham sido julgados e se encontravam cumprindo pena no complexo penitenciário Anísio Jobim. Dos entrevistados, 60% cumpriam pena no regime semi aberto, sendo que no início do cumprimento de suas penas cumpriram no regime fechado. Os demais 40% ainda estavam no regime fechado. Os que já se encontram no regime semi aberto ainda não perderam o estigma de serem mal vistos dentro do ambiente carcerário, apesar de que a hostilidade a cada ano parecia para eles aparentemente mais “tolerável”.

A idade dos sujeitos variou de 26 a 47 anos, sendo todos naturais do Amazonas, poucos anos de estudo, sendo que a maioria possui ensino fundamental incompleto e apenas 1 concluiu o ensino médio, após a condenação, ou seja, dentro da penitenciária. Todos desempenham profissões braçais, as quais podem estar relacionadas com o pouco tempo de escolaridade.

Todos os entrevistados afirmaram que eram casados, sendo que 60% deles estão no primeiro casamento. Os 40% restante afirmaram estar no terceiro casamento que aconteceu quando já estavam presos e após terem sido abandonados por suas esposas anteriores. Ressaltamos que as esposas atuais desses detentos são missionárias evangélicas que prestaram assistência religiosa a eles. Tal fato parece estar relacionado à ideia de que o estuprador precisa mudar a sua imagem no presídio, formando uma imagem de pessoa recuperada socialmente. A maioria dos sujeitos disse ser da religião evangélica. Esta questão é

importante, pois de acordo com os presos evangélicos a adesão à religião evangélica realizada logo no início da entrada no presídio, foi realizada em virtude de poder contar com a proteção dos evangélicos e pelo fato da adesão lhe propiciar ser visto como uma pessoa diferente, mudada, “irmão em Cristo”, e também porque isso os imunizava contra possíveis maus tratos e violências dirigidas a estupradores, tais como: os de natureza sexual como o estupro, que frequentemente são praticados contra os mesmos.

A heterogeneidade sexual aparece de modo generalizado em função da necessidade do preso de afirmar que não é homossexual, pois, segundo relatos, a maioria dos que estão na condição de estupradores são abusados sexualmente por outros presos e se tornam “mulherzinha” para os demais detentos. Esse castigo é aplicado sempre que um estuprador chega no presídio, o que é extremamente normal para a população prisional que cumpre o que chama, de lei do “olho por olho dente por dente”, a chamada lei de Talião.

Em relação à pena, todos os entrevistados estão sentenciados. 40% foram condenados a 12 anos de reclusão, sendo que um deles cumpre sua pena em regime semi aberto. Dos 60% restantes, 20% cumprem pena de 15 anos de reclusão, 20% foram condenados a 16 anos de reclusão e 20% condenados a 40 anos de reclusão, todos os 60% em regime fechado.

### **Entrevista**

O contato para o convite de participação dos protagonistas só foi efetuado após a autorização formal do secretário de justiça do Estado e da autorização do diretor do complexo penitenciário que designou uma psicóloga do complexo para articular nossa comunicação com o detento protagonista do estupro. No regime semi aberto a psicóloga apresentava o detento e, após expormos os motivos e condições da pesquisa, perguntávamos se ele gostaria de participar. Em caso afirmativo, o detento era entrevistado em uma sala apropriada concedida pela direção do complexo aos pesquisadores sem a presença de guardas na sala.

Quando os presos do sistema fechado foram entrevistados, geralmente eles permaneciam algemados e sob vigilância de guardas em sala com divisória de vidro chamada de parlatório, para impedir o contato direto. Em todas as situações, ressaltamos que só efetuamos as entrevistas depois da permissão do “Xerife” como era chamado o chefe da cadeia, geralmente um preso ligado a uma facção criminosa que controlava o tráfico de drogas dentro do complexo, no regime fechado.

Com os presos dos dois regimes o tipo de entrevista desenvolvida com os participantes foi semi diretiva, com questões fechadas sobre dados sócios demográficos,

seguidas de questões abertas de forma a contemplar os objetivos da pesquisa. Ao final de cada entrevista, colocava-se a expressão indutora “homem que estupra é...”, a fim de contemplar questões sobre a situação pessoal e crenças do protagonista de estupro sobre si mesmo, bem como, sentimentos relacionados a sua condição.

No primeiro momento da entrevista com os participantes da pesquisa dedicamo-nos ao “*rapport*” para a criação do vínculo, garantindo o entendimento dos participantes acerca dos procedimentos da pesquisa, do contrato de sigilo e da ausência de expectativa sobre respostas certas ou erradas. Expusemos nossos objetivos, o papel dos pesquisadores no processo e ao aceitarem participar, firmamos o termo de consentimento informado com os participantes da pesquisa. Mantivemos atenção receptiva a todas as informações fornecidas, intervindo somente com discretas interrogações de conteúdo ou com sugestões que estimulavam a expressão mais circunstanciada das questões investigadas.

Desse modo, entendemos que, embora a entrevista tivesse eixos norteadores previamente estabelecidos que possibilitasse o alcance dos objetivos da pesquisa, o desenvolvimento da mesma foi adaptado e contextualizado, considerando a escolaridade, cultura e nível de entendimento do entrevistado. Usamos o gravador, na medida em que houve concordância por parte dos entrevistados.

### **Análise das Entrevistas**

As entrevistas foram analisadas de acordo com a técnica de análise de conteúdo. Segundo Minayo (1993 p. 208), na análise de conteúdo, pode-se fazer uma análise temática que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação. Assim a análise temática foi realizada de acordo com a operacionalização sugerida por Bardin (1979 p. 95) e Minayo (1993 p. 208) que sugerem inicialmente uma pré análise: leitura “flutuante” para primeira organização do material e articulação com os objetivos. A partir do levantamento dos núcleos de interesse, fizemos à categorização temática do conteúdo destacado e o reagrupamento do conteúdo em categorias. Os dados coletados foram analisados qualitativamente após a transcrição das entrevistas. A transcrição destes relatos foi feita respeitando a fala dos participantes, porque havia a preocupação em preservar o discurso dos entrevistados.

A maioria dos sujeitos, 80%, afirmou ter algum tipo de vício. Dos que afirmaram ter algum tipo de vício com drogas lícitas ou ilícita, os percentuais mais elevados são em relação a álcool e cocaína, sendo de 30% para cada um. A maconha é o segundo vício mais frequente,

com 20% de prevalência, seguido de cola, com 10%. No momento do ato, 80% dos participantes afirmaram estar sob efeitos de drogas ilícitas.

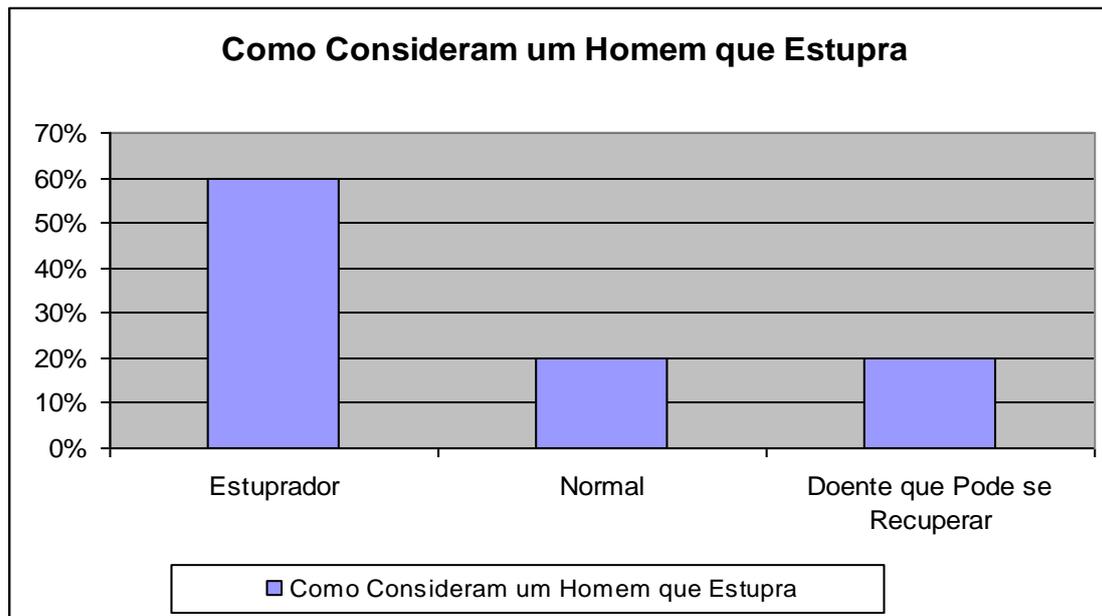
Martins (2007) ao entrevistar mulheres vitimadas que sofreram abuso sexual, revelaram que os agressores na hora em que abusavam delas se encontravam sob efeito de drogas tais como álcool, cocaína e cola de sapateiro. Algumas das participantes disseram que sentiam um cheiro muito estranho quando eles falavam, elas acreditam que era cheiro de substância que tinham ingerido, algumas delas não souberam precisar o tipo da droga que o esturpador estava sob efeito.

### **Considerações Finais**

Um dos grandes males que assolam a sociedade brasileira é a violência sexual. Mitos e fantasmas rodeiam esse tipo de violência e também aos seus protagonistas, e devem ser desconstruídos para que possamos compreendê-los. Nesse sentido, fizemos um estudo sobre a violência sexual, em um enfoque que proporciona compreender o autor da violência sexual, baseando-se nas suas percepções e representações, ou seja, os sentidos que eles dão a essa experiência, pois acreditamos que cada experiência tem um significado próprio para cada indivíduo, assim, utilizamos o aporte teórico da Teoria das Representações Sociais e a teoria dos ecos sistemas comunicacionais.

O estudo mostrou que é possível desvelar novos sentidos para a experiência de protagonizar o abuso sexual por parte de quem pratica estupro contra mulheres, a partir da abertura a subjetividade e do conhecimento originado do senso comum em atores sociais que não têm voz, e também, perceber a polissemia de sentidos que os vários campos do saber atribuem ao protagonista da violência sexual. Possibilitar a construção do que ele entende sobre si mesmo e comunicar a outra pessoa suas experiências ocultas, como ele se vê, lhe permite ser construtor de sua própria história pessoal revelando os sentidos e complexidade dessa compreensão.

### **Homem que estupra é?**



Sobre a frase evocativa do questionário da pesquisa, procuramos dar novamente a voz para o protagonista de estupro. 20% afirmaram que o homem que estupra é normal; 20% disseram que ele é um doente, que não controla seus impulsos más, que pode se recuperar, e a grande maioria, 60% apenas classificou como estuprador, mas com explicações como a que é preciso provar de fato que ele é estuprador, e a de que ele é estuprador porque essa era a forma como eram conhecidos pela sociedade, como sendo uma expressão criada para designar quem comete esse ato, como sendo uma gíria.

É importante ressaltar que a pesquisa com os estupradores revela o estado de normalidade mental em que vivem, pois mais da metade dos entrevistados concluiu que são normais. Acreditamos que o velho mito de que o estuprador é vítima de seus impulsos e incapaz de controlar sua sexualidade, não se sustenta.

De acordo com nossa pesquisa o estuprador antes de estar preso, viveu sua vida na maior parte das vezes como um cidadão bem integrado à sociedade e nem sempre foi visto como pessoa violenta, fato ressaltado pela família do entrevistado quando os entrevistamos.

O fato de existirem muito poucos estudos de caso sob a ótica da psicologia pode explicar a manutenção de estereótipos e de como eles mesmos reproduzem em sua comunicação o que ouvem de outras pessoas que compõem seu ambiente social.

Uma das descobertas é que a protagonização da violência possui condicionantes próprios e diferentes de outras formas de violência e que a cultura e as ideias sobre o estuprador no senso comum moldam afirmando a existência da exclusão social em que já

vivem e permanecem, sem levar em conta a possibilidade de “uma luz no fim do túnel”, ou seja, sem condições de superação e de crescimento.

Com base nos resultados obtidos, destaca-se a necessidade de se pensar em formas de intervenção estruturadas em trabalho de grupo com os protagonistas de violência sexual, que levem em consideração os condicionantes culturais e sociais atrelados ao fenômeno, sem, no entanto, deixar de considerar a necessidade de desconstrução de preconceitos e imobilização social em que estão submetidos, para que possam retomar o controle de suas vidas a partir de outras possibilidades de existência e de atualização de suas potencialidades como ser humano.

## Referências

ABRIC, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. (P.H. F. Campos, Trad.) In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (eds.) *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp.27-38). Goiânia: AB.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BANDEIRA, L. Apresentação. IN: BRAGA, K. S.; NASCIMENTO, E. e DINIZ, D. (Orgs.) **Bibliografia estudos sobre violência sexual contra a mulher: 1984-2003**. Brasília: Letras Livres: editora UnB, 2004, p. 7-10.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014.

DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: As Representações Sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI P. e JOVCHELOVIYH S. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999, pp.261-293, 324 p.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. Pensadores. São Paulo: Abril, 1978, pp. 71-156.

ESBER, Karen Michel. **As representações sociais sobre as vítimas para os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

JODELETE D. Representações Sociais: um domínio em expansão In: JODELET, D. (Org.) **As Representações Sociais**.(trad.) Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (orgs.). **As Representações Sociais**. Trads. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

FAGUNDES, T.L.Q. **Do desvio individual ao problema social: uma análise dos abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Disponível em: [www.violenciasexual.org.br](http://www.violenciasexual.org.br). Captado em 13.09.2003.

MAAKAROUN, M. F. Violência e adolescência: reflexões teóricas. In: COSTA M. C.O. e SOUZA R. P. (orgs.) **Adolescência – Aspectos Clínicos e Psicossociais**. Porto alegre: Artmed, 2002, p. 409-418.

Moscovici, S. **A representação social da Psicanálise**. (A. Cabral. Trad.), Rio de Janeiro: (1978). Zahar.

Moscovici, S. (2003). **Por que estudar Representações Sociais em Psicologia**. *Estudos, vida e saúde*. 30 (1), 11-30.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. **Violência e saúde como campo interdisciplinar e de ação coletiva**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* IV. (3), p.513-531, nov/1997 – Fev./1998. Disponível em: <[http://www.coc.fiocruz.br/hscience/index\\_port.htm](http://www.coc.fiocruz.br/hscience/index_port.htm)> acesso em 09.03.2003.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002. 80p.

NÓBREGA, S. M. Sobre a Teoria das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P. **Representações Sociais: Teoria e Prática**. João Pessoa. Ed. Universitária, 2001, p. 131-139, 463 p.

Rouquette. M. L. (1996). Social representation and mass communication research. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 26 (2): 221-231. SAWAIA, Bader B. Uma análise da violência pela filosofia da Alegria: Paradoxo Alienação ou otimismo ontológico crítico. In: SOUZA, L. e TRINDADE, Z. (Orgs.) **Violência e Exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 21-42.

MARTINS, R. C. Sofrimento e resiliência: o impacto do abuso sexual na saúde de jovens mulheres na cidade de Manaus. **Tese de doutorado** (Psicologia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

SANTOS, M. F. S. Representações Sociais e Violência Doméstica. In: SOUZA, L. & TRINDADE, Z. (Orgs.) **Violência e Exclusão Social – Convivendo com Paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 132-145.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: vozes, 1996.

WAGNER, W. Sócio-Gênese e características das Representações Sociais. In: MOREIRA, A.S.P. e OLIVEIRA, D.C. (Orgs.) **Estudos Interdisciplinares de Representações Sociais**. Goiânia: Ed. AB, 2000. p. 3-25.

Wolf, M. (1999). **Teoria da Comunicação: mass media, contextos e paradigmas**. 5ª. ed. Lisboa: Artes Gráficas.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças**. M. Books do Brasil Editora.2005. SP.

